



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO

OFICIO GP 77/2024

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

Ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas,

Venho por meio da presente, em atendimento à obrigação legal de prestação de contas anuais, encaminhar, a este Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos relativos à prestação de contas do Município de Campo Alegre do exercício de 2023, devidamente elencados no sumário que segue em anexo, declarando, para os devidos fins, a veracidade de seu conteúdo.

Campo Alegre, 22 de abril de 2024.

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
6456

Assinado de forma digital por NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA:02209646456
Dados: 2024.04.22 18:23:39 -03'00'

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA

Prefeito

Anexo II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Caso o gestor, também seja ordenador de despesas, Relatório de Gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão <u>praticados</u> .	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Demonstrativo dos Fluxos de Caixa	Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público)
04	Relatório e Parecer conclusivo emitido pela unidade executora do Controle Interno seguindo os moldes previstos na Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL e seu Anexo I.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 - LOTCE/AL, LC nº 101/00 - LRF e IN nº 03/11 TCE/AL
05	Cópia do ato que nomeou o servidor encarregado de chefiar o SCI.	Art. 11, §1º, inc. II da Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL
06	Rol dos responsáveis pelo Executivo (Prefeito e Vice-Prefeito), secretarias, controle interno, tesouraria, almoxarifado, patrimônio e fundos especiais, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições.	Art. 10, caput da Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL e art. 8º da Resolução nº 03/01 - RITCE/AL
07	Termo de Conferência das disponibilidades (caixa e banco) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas), identificando as contas de depósito na área da saúde, educação e assistência social (recursos próprios, assim como os advindo do SUS, do FUNDEB etc).	RN nº 02/03 TCE/AL
09	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
10	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados, evidenciando as áreas da Saúde, da Educação Assistência Social (empenhadas com recursos próprios e advindos do SUS, do FUNDEB, etc).	LF nº 4.320/64
11	Inventário dos bens móveis e imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL
12	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
13	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quanto houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
14	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício, identificando os pertinentes à Saúde, Educação e Assistência Social.	Lei Federal nº 8.666/93e RN nº 02/03 TCE/AL

15	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação, identificando as pertinentes à Saúde e Educação e Assistência Social.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
16	Nome dos servidores que compõem a Comissão de Licitação/Pregoeiro e equipe de apoio e os respectivos cargos/funções na administração pública	Lei Federal nº 8.666/93 e legislação afim.
17	Relação dos contratos, inclusive aditamentos e apostilamentos, convênios e assemelhados, celebrados com órgãos públicos no	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
18	Relação dos Contratos de Gestão, Termos de Parceria e Cooperação, e Convênios firmados no exercício com entidades do Terceiro Setor.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
19	Rol dos Adiantamentos (Suprimento de Fundos)	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Cópia do Relatório de Gestão do Conselho da Assistência Social e da norma instituidora deste.	Lei nº 8.742/93 e do Decreto nº 7.788/12
21	Cópia da norma instituidora do Conselho do FUNDEB e do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.	LF nº 11.494/07
22	Cópia do parecer do Conselho do FUNDEB.	LF nº 11.494/07
23	Cópia da avaliação do Conselho da Saúde e da norma instituidora deste.	Art. 41 da LC nº 141/12
24	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	Decreto nº 3.788/01 da PR
25	Cópias dos instrumentos contratuais de parcelamentos e os extratos dos pagamentos pertencentes à Dívida Fundada Interna/Externa (Ex. INSS, FGTS, Institutos de Previdência, etc).	Art. 98, parágrafo único da LF nº 4.320/64
26	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
27	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.